



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**12/06/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. COMARCAS.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. PLANTÃO NO TJMA.....	3
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
4.2. JUÍZES.....	5
4.3. PARCERIAS.....	6

# Justiça desapropria bairro Santo Amaro em Imperatriz

*Quase 2 anos depois, a Justiça reconheceu o direito defendido pela Procuradoria Geral da Prefeitura, determinando a imissão de posse em favor do Município*

Divulgação



**Diferente da primeira vez, Polícia agora vai ao bairro a favor dos moradores.**

A Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, atendendo a uma Ação Judicial (proc. 1837-80.2015.8.10.0044), proposta pelo ex-secretário de Regularização Fundiária, Daniel Souza, reconheceu o pedido de desapropriação de mais de 26.000 m<sup>2</sup> da área que abriga as famílias do grande Santo Amaro, um antigo assentamento urbano localizado nas imediações do bairro Ouro Verde.

A imissão de posse, em nome do Município de Imperatriz, segundo informações do Procurador Geral do Município, Gilson Ramalho, deverá acontecer nas próximas horas, permitindo que todas as famílias que estavam sob a ameaça de despejo, sejam contempladas com o Título Definitivo de Propriedade.

Ontem, sexta-feira, 10 de junho de 2016, às 19 horas, a Secretaria de Regularização Fundiária, municiada com a decisão judicial, prometia anunciar formalmente a desapropriação tão aguardada pela comunidade.

## História

No dia 24 de junho de 2014, por volta das 09 horas da manhã, a comunidade do bairro Santo Amaro foi surpreendida com início de uma operação da Polícia Militar. A Cavalaria e o Batalhão

de Choque foram mobilizados, com caminhões e tratores, para realizar o despejo de 300 famílias. Havia um grande clamor.

Ao saber do ocorrido, o ex-secretário de Regularização Fundiária, Daniel Souza, foi ao local e, depois de um acordo para suspender provisoriamente o despejo, optou pela desapropriação forçada, autorizada através de Lei Municipal.

O processo judicial foi interposto depois que o prefeito Madeira, através de Decreto, reconheceu a área em litígio como de interesse público, para fins de regularização fundiária.

Quase 2 anos depois, a Justiça reconheceu o direito defendido pela Procuradoria Geral, determinando a imissão de posse em favor do Município, fato que põe fim a ação de despejo, abrindo caminho para o processo de regularização fundiária da comunidade.

“Com a decisão da Justiça vamos regularizar a posse de todos os moradores do Santo Amaro”, frisou o atual Secretário de Regularização Fundiária Urbana, Whigson Cunha, prometendo celeridade.

A desapropriação forçada, para regularização fundiária, é a primeira na história de Imperatriz. (Assessoria)

## ● Condenado

Nessa quinta-feira (9), o réu Jefferson Fernandes Mendonça foi considerado culpado e recebeu a pena de 18 anos e 9 meses de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado. Segundo a Justiça, Jefferson estava sendo acusado de ter matado, em companhia de Gustavo Dutra, a vítima José de Jesus Correia. O julgamento foi presidido pelo juiz Samir Mohana, titular de Urbano Santos.

## Plantão judiciário

O desembargador Jamil Gedeon responde pelo plantão judiciário de 2º grau até hoje. Durante o plantão, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

• Marcelo Odebrecht é o próximo a esquentar o clima político no país com a sua delação, que promete ser o “acordo dos acordos”. A expectativa é que atinja 36 senadores e 13 governadores, ou seja, metade do país. Sintonizado com o tempo e atendendo determinação do novo Código de Processo Civil, o Tribunal de Justiça do Maranhão realizou sua primeira sustentação oral à distância, via Skype, em sessão na 1ª Câmara Cível, presidida pelo desembargador Jorge Rachid.

- O diretor do Fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, é o anfitrião da sexta-feira, 17, quando a área de estacionamento de servidores se transformará num grande arraial junino com várias atrações, com a festança tendo início ao cair da tarde.

## Maranhão

# Regularização fundiária avança e mais de 18 mil famílias devem ser beneficiadas em 2016

Nael Reis

“Lutamos para garantir a regularização de nossos terrenos desde o início dos anos 90 e percebemos de 2015 para cá, que com a ação do Governo do Estado, em diálogo com a população e com o Poder Judiciário, finalmente teremos nossa situação resolvida”, comemora Kênia Pinheiro dos Anjos, presidente da Associação de Moradores da Cidade Olímpica, uma das maiores ocupações sociais da América Latina.

O processo de diálogo para formalizar a titularidade de terrenos na Cidade Olímpica é parte de uma política de regularização fundiária do governo do Estado, que mobiliza esforços para reunir todas as instituições envolvidas no procedimento de formalização dos títulos e entrega às famílias.

“Não temos medido esforços para dar condições dignas de vida a toda a população. Com segurança jurídica, vamos promover cidadania a todos”, afirmou o governador Flávio Dino ao destacar todo o trabalho do governo do Maranhão, por meio das Secretarias de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid) e da Agricultura Familiar (SAF).

“Assinamos um convênio com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Prefeitura de São Luís, Poder Judiciário e dialogamos com a Associação de Moradores da Cidade Olímpica. Essa ação conjunta tem como meta regularizar a situação de 15 mil moradores do bairro, que estão aguardando esse benefício há 19 anos”, explicou a titular da Secretaria de Estado de Cidades e



Governador Flávio Dino entrega título de terra em Lagoa Grande

Desenvolvimento Urbano, Flávia Alexandrina.

A meta da Secretaria de Estado de Cidades e Desenvolvimento Urbano (Secid) é entregar 15 mil títulos de regularização fundiária ao ano, dessa maneira, além dos moradores da Cidade Olímpica, outras comunidades serão beneficiadas. Se em São Luís, o diálogo com as associações de moradores tem sido fundamental para garantir o avanço dos procedimentos de titularidade, nos municípios do interior, o governador Flávio Dino tem privilegiado a participação dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs).

O diretor de Recursos Fundiários do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão, Augusto César de Moraes Salgado, explica que o diálogo com a comunidade é fundamental para a política de regularização fundiária do

Estado. “Priorizamos o diálogo com os trabalhadores rurais, associações, sindicatos porque eles é que sabem as necessidades das comunidades. Esse trabalho participativo tem ocorrido em todas as ações de regularização fundiária em praticamente todos os 217 municípios do estado”, explicou. Em 2015, a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF), por meio do Iterma, beneficiou 3.558 famílias de pequenos produtores rurais, em 36 municípios, com emissão de 957 títulos definitivos de propriedade de terra, sendo 922 títulos individuais e 35 comunitários.

### PLANO ‘MAIS IDH’

O Iterma foca suas ações nas políticas governamentais de gestão para a melhoria dos indicadores sociais dos 30 municípios contemplados no Plano de Ações ‘Mais IDH’,

estratégia do Governo do Estado para a superação da extrema pobreza. O governo já iniciou as ações de regularização fundiária nos municípios do Plano ‘Mais IDH’ em articulação com as políticas de saúde, educação, segurança alimentar e geração de renda, além do acesso a terra.

“Intensificamos nossas ações nos municípios do ‘Mais IDH’ por uma orientação do governador Flávio Dino. Avançamos no diálogo para a regularização fundiária nesses municípios aumentando as áreas arrecadadas e fazendo mutirões junto aos cartórios para acelerar o processo de titularidade dos terrenos”, esclareceu Augusto Salgado.

Além da SAF, por meio do Iterma, as ações de titularidade nos municípios contam com suporte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop).